



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

TERMO DE CONTRATO N° 336/2024/DLCA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N°
336/2024/DLCA, QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU, EM
CONVÊNICA COM O FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE E A EMPRESA CARTÓRIO
ÚNICO OFICIO DE VISEU**

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado o Município de VISEU, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU, CNPJ-MF, N° 04.873.618/0001-17 com sede na Rua Dr. Lauro Sodré, s/n°, Centro, Viseu/Pará, denominado daqui por diante CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Cristiano Dutra Vale, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n° 2133957 PC/PA e CPF n° 330.964.732-34, residente e domiciliado na Rua Oito de Maio, s/n°, 68.620-000, Viseu/PA, em conviência com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ-MF N° 11.984.819/0001-57, sediada na Rua Lauro Sodré, s/n°, Centro, 68.620-000, Viseu/PA, representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde, a Sra. Katiane Sarraf Daibes Marques, portadora da Cédula de Identidade n° 3328682 - SSP/PA e CPF n° 667.524.932-00, neste ato denominado CONTRATANTE, e o CARTÓRIO ÚNICO OFICIO DE VISEU, CNPJ n° 31.277.538/0001-71, sediada na Rua Nova, 206, Mangueirão, 68.620-000, Viseu/PA. Telefone: (91) 9855 9510, E-mail: cartoriogondim@hotmail.com, neste ato representado pela senhora Kilma Maísa de Lima Gondim, portadora Cédula de Identidade n° 2211869 SSSD-PB e do CPF n° 033.443.865-09, residente e domiciliada neste município, tendo em vista o que consta no Processo n° 2024.08.02.001 e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME n° 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação n° 013/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em serviços notariais e de registro para atendimento das necessidades Secretaria municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde de Viseu, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

SERVIÇOS CARTORÁRIOS (NOTARIAIS E REGISTROS) - SEMUS			
DESCRIÇÃO DO ATO	QUANT.	VAL. UNIT.	VAL. TOTAL
INSCRIÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS, INCLUINDO OS ATOS DO PROCESSO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO ATÉ UMA LAUDA	12	R\$ 297,16	R\$ 3.565,92
INSCRIÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS, INCLUINDO OS ATOS DO PROCESSO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO POR LAUDA QUE ACRESCEM	36	R\$ 60,18	R\$ 2.166,48



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CERTIDÃO, INCLUINDO AS BUSCAS	60	R\$ 274,77	R\$ 16.486,20
CERTIDÃO PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA	12	R\$ 47,23	R\$ 566,76
CERTIDÃO PELA AVERBAÇÃO	12	R\$ 56,26	R\$ 675,12
PRENOTAÇÃO DE TÍTULOS PARA REGISTRO OU AVERBAÇÃO	55	R\$ 206,13	R\$ 11.337,15
ABERTURA DE MATRÍCULA	54	R\$ 137,56	R\$ 7.428,24
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 0,00 A 15.000,00	2	R\$ 73,67	R\$ 147,34
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 75.000,01 A 90.000,00	2	R\$ 699,05	R\$ 1.398,10
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 90.000,01 A 120.000,00	12	R\$ 1.073,46	R\$ 12.881,52
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 240.000,01 A 270.000,00	2	R\$ 3.363,97	R\$ 6.727,94
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 270.000,01 A 330.000,00	2	R\$ 3.877,86	R\$ 7.755,72
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 330.000,01 A 390.000,00	2	R\$ 4.192,90	R\$ 8.385,80
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 390.000,01 A 450.000,00	2	R\$ 4.507,94	R\$ 9.015,88
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 450.000,01 A 510.000,00	1	R\$ 4.822,99	R\$ 4.822,99
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 510.000,01 A 570.000,00	1	R\$ 5.138,02	R\$ 5.138,02
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 570.000,01 A 630.000,00	1	R\$ 5.453,06	R\$ 5.453,06
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 630.000,01 A 750.000,00	1	R\$ 7.836,18	R\$ 7.836,18
REGISTRO EM GERAL E DE ESCRITURAS DE INVENTÁRIO: 750.000,01 A 870.000,00	1	R\$ 10.219,30	R\$ 10.219,30
AVERBAÇÃO SEM VALOR DECLARADO	2	R\$ 409,97	R\$ 819,94
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 0,00 A 15.000,00	4	R\$ 37,25	R\$ 149,00
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 75.000,01 A 90.000,00	4	R\$ 349,94	R\$ 1.399,76
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 90.000,01 A 120.000,00	24	R\$ 537,15	R\$ 12.891,60
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 150.000,01 A 180.000,00	8	R\$ 911,57	R\$ 7.292,56
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 180.000,01 A 210.000,00	6	R\$ 1.168,51	R\$ 7.011,06
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 210.000,01 A 240.000,00	10	R\$ 1.425,46	R\$ 14.254,60
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 240.000,01 A 270.000,00	2	R\$ 1.682,40	R\$ 3.364,80
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 270.000,01 A 330.000,00	2	R\$ 1.939,36	R\$ 3.878,72
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 330.000,01 A 390.000,00	2	R\$ 2.096,87	R\$ 4.193,74
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 390.000,01 A 450.000,00	1	R\$ 2.254,39	R\$ 2.254,39
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 450.000,01 A 510.000,00	1	R\$ 2.408,76	R\$ 2.408,76
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 510.000,01 A 570.000,00	1	R\$ 2.569,43	R\$ 2.569,43



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 570.000,01 A 630.000,00	1	R\$ 2.726,95	R\$ 2.726,95
AVERBAÇÃO PARA REGISTRO DE IMÓVEL: 630.000,01 A 750.000,00	1	R\$ 3.918,52	R\$ 3.918,52
CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DA MATRÍCULA	25	R\$ 63,57	R\$ 1.589,25
CERTIDÃO NEGATIVA OU POSITIVA DE ÔNUS	25	R\$ 63,57	R\$ 1.589,25
CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DA MATRÍCULA, COM NEGATIVA OU POSITIVA DE ÔNUS E COM NEGATIVA OU POSITIVA DE AÇÕES REAIS E PESSOAIS REIPERSECUTÓRIAS	25	R\$ 187,80	R\$ 4.695,00
CERTIDÃO POSITIVA OU NEGATIVA DE BENS, POR CADA CPF/NOME OU ENDEREÇO	25	R\$ 63,57	R\$ 1.589,25
CERTIDÃO DE REGISTRO NO LIVRO 3 – REGISTRO AUXILIAR	25	R\$ 63,57	R\$ 1.589,25
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 0 A 15.000,00	2	R\$ 446,85	R\$ 893,70
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 30.000,01 A 45.000,00	2	R\$ 833,25	R\$ 1.666,50
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 45.000,01 A 60.000,00	2	R\$ 1.082,71	R\$ 2.165,42
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 60.000,01 A 75.000,00	1	R\$ 1.332,17	R\$ 1.332,17
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 75.000,01 A 90.000,00	1	R\$ 1.581,63	R\$ 1.581,63
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 210.000,01 A 240.000,00	1	R\$ 2.540,30	R\$ 2.540,30
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 240.000,01 A 270.000,00	1	R\$ 2.801,96	R\$ 2.801,96
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 270.000,01 A 330.000,00	1	R\$ 3.063,62	R\$ 3.063,62
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 330.000,01 A 370.000,00	1	R\$ 3.325,28	R\$ 3.325,28
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 370.000,01 A 410.000,00	1	R\$ 3.586,94	R\$ 3.586,94
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 410.000,01 A 450.000,00	1	R\$ 3.848,60	R\$ 3.848,60
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 450.000,01 A 490.000,00	1	R\$ 4.110,26	R\$ 4.110,26
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 490.000,01 A 530.000,00	1	R\$ 4.371,92	R\$ 4.371,92
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 530.000,01 A 570.000,00	1	R\$ 4.633,58	R\$ 4.633,58
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 570.000,01 A 610.000,00	1	R\$ 4.895,24	R\$ 4.895,24
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 610.000,01 A 650.000,00	1	R\$ 5.156,90	R\$ 5.156,90
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 650.000,01 A 690.000,00	1	R\$ 5.418,56	R\$ 5.418,56
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 690.000,01 A 730.000,00	1	R\$ 5.680,22	R\$ 5.680,22
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 730.000,01 A 770.000,00	1	R\$ 5.941,88	R\$ 5.941,88
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 770.000,01 A 810.000,00	1	R\$ 6.203,54	R\$ 6.203,54
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 810.000,01 A 850.000,00	1	R\$ 6.465,20	R\$ 6.465,20
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 850.000,01 A 890.000,00	1	R\$ 6.726,86	R\$ 6.726,86
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 890.000,01 A 930.000,00	1	R\$ 6.988,52	R\$ 6.988,52
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 930.000,01 A 990.000,00	1	R\$ 7.250,18	R\$ 7.250,18
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 990.000,01 A 1.110.000,00	1	R\$ 7.488,34	R\$ 7.488,34
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 1.110.000,01 A 1.230.000,00	1	R\$ 7.966,61	R\$ 7.966,61
ESCRITURAS PÚBLICAS COM VALOR DECLARADO: 1.230.000,01 A 1.350.000,00	1	R\$ 8.444,88	R\$ 8.444,88
RECONHECIMENTO DE FIRMA EM GERAL.	500	R\$ 7,59	R\$ 3.795,00
COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DE TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULOS	40	R\$ 37,81	R\$ 1.512,40
AUTENTICAÇÃO EM GERAL	500	R\$ 7,99	R\$ 3.995,00
AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTO CUJO ORIGINAL CONSTE DE MEIO ELETRÔNICO, POR FOLHA DE DOCUMENTO IMPRESSO	100	R\$ 7,99	R\$ 799,00
DILIGÊNCIA RELATIVA À AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTO CUJO ORIGINAL CONSTE DE MEIO ELETRÔNICO	100	R\$ 64,80	R\$ 6.480,00
PROCURAÇÃO GENÉRICA	2	R\$ 152,79	R\$ 305,58
PROCURAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO JURÍDICA COM CONTEÚDO FINANCEIRO	2	R\$ 280,47	R\$ 560,94
PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA	2	R\$ 371,19	R\$ 742,38



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

REVOGAÇÃO SIMPLES	6	R\$ 78,20	R\$ 469,20
VALOR DO CONTRATO - R\$ 274.340,05			

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. Autorização de Contratação

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir da assinatura (16/09/2024 a 16/09/2025), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

5.1.1. O valor total de R\$ 274.340,05 (Duzentos e setenta e quatro mil, trezentos e quarenta reais e cinco centavos).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. *O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

5.2.2. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice XXXX de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do contrato.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação dos índices de preços dos serviços, pelo Contratante, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- 7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30(trinta) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**

10.3. compensatória de A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial

10.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.1. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1010 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, na dotação orçamentária

Exercício 2024

10 301 0005 2.47 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde

3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

I.Gestão/Unidade:

II.Fonte de Recursos:

III.Programa de Trabalho:

IV.Elemento de Despesa:

V.Plano Interno:

VI.Nota de Empenho:

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. FICA SOB RESPONSABILIDADE DO FISCAL DO CONTRATO:

a) Emitir as requisições para a retirada do objeto desta licitação.

b) Solicitar a CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução contratual;

c) Documentar as ocorrências havidas, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto do Locador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

d) Emitir pareceres em todos os atos do CONTRATANTE relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções ou revisão do contrato.

e) Sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência sua relativa às obrigações contratuais.

f) Realizar vistoria através do fiscal para verificação se do estado do bem entregue, para que ao fim da contratação o bem seja devolvido a CONTRATADA sem que o deixo no prejuízo. Essa vistoria fica sob responsabilidade do fiscal do contrato e em sua posse.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Viseu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Viseu/PA, 16 de setembro de 2024.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ nº 11.984.819/0001-57
Katiane Sarraf Daibes Marques
Contratante

CARTÓRIO ÚNICO OFÍCIO DE VISEU
CNPJ nº 31.277.538/0001-71
Kilma Máisa de Lima Gondim,
Contratada



PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

TESTEMUNHAS:

- 1- _____
- 2- _____

